

O RETORNO DAS BIOGRAFIAS: POR NOVAS ABORDAGENS NAS AULAS DE HISTÓRIA

José do Egito N. Pereira
professor do DH-UEPB
www.uepb.edu.br

Resumo

Este artigo tem o propósito de sugerir novos temas para as aulas de história. O cenário atual do ensino de história sugere a emergência de novos objetos para se trabalhar nas escolas dos ensinos fundamental e médio. Como professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tenho trabalhado nas disciplinas de Prática Pedagógica e de Estágios, a temática, “Novos temas nas aulas de história”, objetivando aproximar a realidade das pesquisas ao conteúdo escolar. Os temas que podemos destacar como propostas para inovar nas aulas de história vão: dos “direitos humanos” ao “meio ambiente”, da “história regional” à “história integrada”, e, das questões envolvendo “gênero” até o chamado retorno das “Biografias”. Contudo, nosso trabalho será específico, dentre os temas apresentados, às biografias. As biografias são lembradas por nossos pais como assuntos que falavam dos heróis, de uma história alicerçada nas datas, nos acontecimentos decisivos de etapas históricas, como por exemplo, “O grito do Ipiranga de D. Pedro I”. Entretanto, não abordaremos aquelas biografias, típicas de uma história “vista de cima”, que seguiam uma metodologia da história metódica. Pelo contrário, Pretendemos demonstrar como a pesquisa historiografia passou por mudanças teóricas e metodológicas, dando oportunidades a novos sujeitos históricos. Trata-se da chamada “história vista de baixo”, como é o caso dos olhares lançados por um Carlo Ginzburg, um Michel Foucault ou uma Natalie Zemon Davis. As pesquisas desses autores deram visibilidades aos homens comuns, ou homens infames, como sugeriu o Foucault, que destacou o aparecimento desses sujeitos na escrita histórica por terem sido atravessados pelas relações de poder, que imperavam na era clássica, por exemplo. Deste modo, entendemos que os professores dos ensinos fundamental e médio, podem apropriar-se desta historiografia, trabalhando nas escolas as histórias de vida de pessoas comuns, mostrando, assim, que todas as pessoas são sujeitos históricos, e que, qualquer um de nós poderá ser lembrado nas narrativas de Clio.

Palavras-Chave: Biografia – Historiografia – Pessoas Comuns

Quem são os sujeitos da história? Esta pergunta era facilmente respondida no século XIX, quando da predominância da Escola Metódica, dita Positivista. Para esta corrente historiográfica “a história do Espírito Objetivo é a de individualidades históricas” (Ranke apud REIS, 2004, p. 11). Deste modo, percebemos que o sentido da

história para Ranke era o resultado da realização da vontade, dos posicionamentos dos “grandes” indivíduos políticos. Resultado: Ranke preparou o terreno para as histórias de vida (biografias) que emergiram na escrita da história a partir do século XIX.

Biografias, nossos pais não esquecem nunca. Quem descobriu o Brasil? Pedro Álvares Cabral. Quem descobriu a América? Cristovão Colombo. Quem rezou a Primeira Missa no Brasil? Frei Henriques Soares Coimbra. A história é filha do seu tempo! E, no tempo de nossos pais, dos professores de nossos pais, predominou no Brasil a historiografia do tipo Metódico, Positivista. Tratava-se de uma história em que os sujeitos da história eram os reis, os presidentes, os heróis que desbravaram o Brasil, ou os heróis que “morreram” pelo Brasil.

Nossos pais foram acostumados, adestrados na disciplina, no exame (Cf. FOUCAULT, 2002), da “decoreba” de nomes e datas, numa história cívica. Nesse tipo de aprendizagem, a história não deixava espaços para as pessoas comuns, os homens infames, parafraseando o Michel Foucault. O que pretendo provocar, é que em determinado períodos da história o conhecimento histórico foi produzido por intelectuais que determinavam quem seriam os sujeitos históricos. Logo, no Brasil de praticamente todo século XX “A história centrada na ação individual dos grandes homens foi praticamente hegemônica” (BERUTI; MARQUES, 2009, p. 37).

Na época de nossos pais e dos professores de nossos pais a noção de “documento” histórico era limitada aos chamados “documentos oficiais”, produzidos pelos governantes e considerados verdadeiros pelos historiadores metódicos, pelos historiadores do método crítico, do método erudito que criticava minuciosamente as fontes históricas.

Na época de nossos pais, e dos professores de nossos pais pregava-se a história das solenidades, em que a história deveria relatar ou expor a ação dos grandes homens (reis, ministros, generais e outros). Vejam um bom exemplo numa abordagem, de uma passagem encontrada na escrita de um seguidor metódico. O texto a seguir, foi escrito pelo historiador Luiz Pinto, na década de 1940:

“A Independência do Brasil”

D. Pedro, a 14 de agosto, seguiu para a terra dos bandeirantes, chegando a São Paulo a 25 daquele mês. Toda a cidade estava em festa. Das janelas atiravam flores, sentido-se na população uma alegria geral.

D. Pedro dissolveu a junta e nomeou um governo provisório, tendo seguido para Santos a 5 de setembro, donde regressou na manhã do dia 7. À altura do Riacho Ipiranga e já de volta ao Rio, D. Pedro recebeu o Correio da Corte, que lhe trazia cartas de José Bonifácio e D. Leopoldina. Correio trazia decretos da corte de Lisboa, com novas e humilhantes imposições. Na sua carta, entre outros argumentos, dizia D. Leopoldina a D. Pedro: 'Se a independência tem de se fazer, que se faça já'.

D. Pedro meditou; vinha adoentado e tinha feito alto para descansar um pouco. Mas, de súbito, amassa o papel que tem nas mãos, pisa-o e brada visivelmente irritado: 'É preciso acabar com isto'.

Salta sobre o cavalo e marcha em direção do riacho Ipiranga, onde se encontrava o resto da comitiva. A guarda forma. Há um alvoroço, e D. Pedro exclama com toda a força dos pulmões: 'Laços fora soldados!' Caem no mesmo instante todos os laços portugueses. E, impetuoso, vibrante, altivo, D. Pedro continua: 'Camaradas! As cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil. Cumpre, portanto, declarar já a sua independência. Estamos definitivamente separados de Portugal !'

Ergueu-se no selim, puxou a espada e, entre solene e dramático, bradou: 'Independência ou morte seja a nossa divisa; o verde e o amarelo sejam as nossas cores nacionais!'. (PINTO. 1948, p. 227-228 Apud BERUTI; MARQUES. 2009, p.38)

Apesar de longa, a citação acima é elucidativa para demonstrar como a história no Brasil de meados do século XX, era uma operação voltada para o heroísmo de grandes personalidades políticas. Esse tipo de história predominou nos livros didáticos de história até as décadas de 1970. Na década de 1970 e nos anos de 1980, emerge no país a historiografia marxista que passa a influenciar uma nova geração de historiadores que libertando-se das amarras da Ditadura Militar (1964-1985) difundem aos poucos os ideais esquerdistas e revolucionário nos livros didáticos de história. Um exemplo da explosão do marxismo no Brasil é a coleção História das Sociedades do historiador Rubem Santos Leão de Aquino, publicada em 1980. A coleção de Aquino fazia provocações aos estudantes sobre os sujeitos da história. Era uma releitura de Karl

Marx, o Marx da luta de classes, que objetivava mostrar, por exemplo, que os trabalhadores também eram sujeitos históricos.

Geralmente, os trabalhos de história que seguiam uma linha de pensamento marxista apropriavam-se do pensamento do dramaturgo alemão Bertolt Brecht (1898-1956). No poema Perguntas de um trabalhador que lê, Brecht demonstra se um marxista que procurava em seus textos, abordar a história como um processo coletivo, vivida por vários sujeitos sociais, questionando a importância que a historiografia tradicional dava aos “heróis e aos “grandes homens”:

Perguntas de um Trabalhador que lê

“Quem construiu a Tebas de sete portas?

Nos livros estão os nomes de reis.

Arrastarão eles os blocos de pedra?

E a Babilônia várias vezes destruída,

Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas

Da Lima dourada moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros, na noite em que

A Muralha da China ficou pronta? (BRACHT. 1986, p. 1670).

O poema citado acima é encontrado na grande maioria dos livros didáticos brasileiros, que seguiam a corrente marxista. Mario Schimidt ficou famoso no país, pela coleção “História Crítica do Brasil” e “Nova História Crítica do Brasil”. Sua Coleção virou *Best Seller* de vendas, e o poema de Brecht é habilmente utilizado para provocar o público leitor sobre a importância dos sujeitos históricos (Cf. SCHIMIDT, 1999). A leitura do poema de Brecht permite-nos perceber que a partir do materialismo histórico, “novos” sujeitos históricos foram incorporados à escrita da história. Conforme abordam Berutti e Marques (2009, p. 41), “esses sujeitos sempre foram agentes da história, sempre fizeram parte da história vivida pelos homens, mas não eram reconhecidos como tal por uma História que privilegiava apenas os grandes homens e os heróis”.

As biografias voltadas para os chamados “grandes homens” da história foi abominada durante a revolução francesa da historiografia, que foi uma mudança na maneira de se fazer pesquisa histórica, provocada pelo aparecimento, na França, da Escola do Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. A Escola dos Annales deixou de lado a história política para dá prioridade a uma história mais social e econômica.

Durante algumas décadas do século passado a Biografia ficou esquecida, relegada a segundo plano. Porém, durante os anos de 1980, a terceira geração dos Annales decidiu recuperar esse tipo de abordagem. Era o retorno da biografia. Nesse cenário, grandes nomes da história cultural francesa, a exemplo dos historiadores George Duby e Jacques Le Goff, tanto teorizaram sobre o tema, quanto escreveram textos biográficos. Porém, como será exposto, a terceira geração dos Annales continuou fazendo uma história vista de cima: “Notáveis nesse aspecto são: de Jacques Le Goff, as biografias de São Francisco e de São Luis e, de George Duby, a de Guilherme Marechal. No entanto, mesmo nessa escola historiográfica, a biografia continuou a tendência de se restringir aos “grandes Homens” (PINSKY. 2009, P.14).

Contudo, a grande virada da biografia vai acontecer com o aparecimento de novas pesquisas históricas das décadas de 1970 e 1980. Estamos nos referindo às influências da Micro-História e da História Vista de Baixo. Nesses estilos historiográficos os historiadores fugiram dos personagens célebres e priorizaram as ditas “pessoas comuns”. Nessa opção historiográfica destacam-se os trabalhos dos historiadores Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis e Michel Foucault, entre outros. Todos esses operários da escrita histórica deram prioridade a vida de pessoas simples, que, se entraram para a história, foi porque se cruzaram com os jogos de poder, nos dizeres de Foucault.

O livro de Carlo Ginzburg, “O Queijo e os Vermes”, fez a fama da modalidade historiográfica da micro-história, e, se propôs a ser um projeto diferente do realizado por Foucault, em seu “Eu Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão”, publicado em 1973. (Cf. FOUCAULT,1977). Mal sabiam os leitores que o retorno da biografia, da história de vida de pessoas comuns iria provocar uma grande discussão historiográfica entre dois gigantes da história. Os ataques do Ginzburg ao

Foucault foram provocantes, e uma releitura dessa disputa merece ser apreciada, tendo como foco, personagens comuns, a vida de homens infames, a biografia de sujeitos.

No o “Eu Pierre Rivière...”, de Foucault, Carlo Ginzburg, o acusou de dá prioridade aos discursos judiciário e psiquiátrico, deixando para segundo plano as memórias do assassino, que viveu no século XIX. Segundo Ginzburg, a possibilidade de interpretação sobre o discurso de Pierre Rivière foi totalmente excluída de forma explícita, porque, segundo Foucault, interpretar aquele texto, equivaleria a alterá-lo, reduzi-lo a uma “razão” estranha a ele¹. A “irritação” ou sátira do historiador italiano para com Foucault parece visível no prefácio do seu livro, publicado em 1976, posto que, a “arqueologia do silêncio” de Foucault, transformou-se, na opinião de Ginzburg, em silêncio puro e simples, por vezes acompanhado de uma muda contemplação estetizante (GINZBURG. 1987, p. 22).

Utilizando-se do método indiciário e dos filtros da circularidade cultural, Ginzburg, analisou um processo inquisitorial que tinha como réu, um simples moleiro friuliano, chamado Domenico Scandella, conhecido por Menocchio. No livro, Ginzburg demonstrou uma excelente habilidade de lidar com as fontes, tentando estabelecer relações de verossimilhança entre a vida camponesa da Itália quinhentista (a pobreza dos camponeses, o papel do moleiro em uma sociedade arcaica, os lugares de sociabilidade, os valores sociais e espirituais...) com questões que o historiador pretendia descobrir. Literalmente, Ginzburg comandou sua pesquisa como um detetive, fazendo perguntas aos processos, numa tentativa de se aproximar à veracidade dos fatos. O livro, que foi distribuído em 62 capítulos, mais parece uma obra de ficção, tal foi a leveza do enredo.

Nesta mesma linha de pesquisa, Natalie Zemon Davis, em “O Retorno de Martin Guerre” (Cf. DAVIS, 1987), retratou o caso de um impostor, que no século XVI tomou o lugar de uma outra pessoa, e viveu maritalmente com uma esposa que de direito não “lhe pertencia”. O livro mais parece uma trama de ficção, do que uma obra de história. Ao longo de 12 capítulos, Natalie Davis, colocou ao leitor um enredo fascinante, onde se misturam amor, ódio, imposturas, conveniências, comédia e tragédia; onde em clima de suspense, prevalece à história do impostor “Martin Guerre”, sobretudo, mas também a do verdadeiro Martin Guerre.

O livro de Davis não escapou às críticas, dada às montagens, as seleções, os recortes, e a própria estrutura da “intriga” que a historiadora criou. Davis chegou mesmo a afirmar, em resposta as críticas, que o historiador cria o passado, e que a história é uma ficção, tal como a literatura: “Mas uma ficção trabalhada a partir daquilo que existe” (PESAVENTO. 2005, p. 53). Diante desta polêmica entre ficção e história, Paul Ricoeur, chegou mesmo a admitir a ficcionalização da história, presente na capacidade imaginária das narrativas de construir uma visão sobre o passado e de se colocar como substituta a ele. A ficção é quase história, assim como a história é quase ficção (Idem, p. 54)

Bem, chegamos a um ponto de nossa explanação, em que se faz necessário, trazer novamente Foucault à cena. Afinal, se o historiador faz uma ficção a partir do acontecido, assim como na literatura, criando um enredo, uma trama ou uma intriga, Foucault em seu “Eu Pierre Rivière...” não estaria querendo garantir a “originalidade” dos discursos? Será que Ginzburg, ao fazer os seus comentários indiciários sobre o Menocchio, não estaria fazendo uma representação sobre algo já representado? Sendo assim, o verossímil de Ginzburg não deve ser confundido com a veracidade de um fato. Ginzburg ao se aproximar da verdade de um fato, pode também, reinventar o acontecido a partir de sua subjetividade, e assim, estando a fazer uma nova versão para o que aconteceu. Será que Foucault, também, não estava certo ao apontar para a não interpretação das memórias de Pierre Rivière, fazendo a escolha por garantir a supremacia dos discursos? Foucault manteve-se distante às interpretações dos discursos, no caso de Pierre Rivière, posto que: “Só a sua beleza já constitui uma justificativa suficiente para ele hoje”(FOUCAULT, p. 199, apud, O'BRIEN.2001. p. 53).

O “Eu Pierre Rivière...” de Foucault, foi publicado em 1973. Os ataques de Ginzburg a esta obra e a Foucault, ocorreram com o lançamento de “O Queijo e os Vermes” em 1976, num teórico prefácio. Entretanto a resposta de Foucault não tardou, e em 1977, o filósofo francês publicava “A Vida dos Homens Infames” (FOUCAULT. 1977, p. 12-29), reenfatizando o modelo de sua pesquisa frente aos discursos. Irônico, Foucault inicia o texto, afirmando que aquele trabalho não se traduzia numa obra de história. Era um trabalho sobre vidas breves, achadas a esmo em livros e documentos. Era um trabalho que buscava sentir a intervenção do estado (entre os anos de 1660-

1760) sobre as vidas de pessoas comuns, como por exemplo, Mathurin Milan, internado no hospício por esconder-se da família e emprestar-se à usura; e o frade Jean Antoine Touzard, acusado de ser sedicioso, sodomita e ateu, até mais não poder ser (FOUCAULT. 1994. p. 90-91).

A atuação do estado absolutista se fazia, mediante as denúncias dos próprios parentes dos acusados, de pessoas motivadas pela inveja, ira, falsidade, etc. O estado averiguava as denúncias e decidia o destino dos acusados por meio das *lettres de cachet* – ordem de prisão com selo real. Foucault negou-se outra vez a interpretar os discursos, optando por fazer uma recolha: “A minha incompetência voltou-me ao lirismo frugal da citação” (Idem. p. 93). E arremata: “Este livro não será, pois, do agrado dos historiadores, menos ainda que os outros” (Idem. p. 93).

A quem Foucault estava se referindo quando dessas palavras? A Carlo Ginzburg? Foucault alertou que sua pesquisa se tratava de existências reais, de vidas que se utilizou de palavras breves, e que, na maioria das vezes, se tratava de palavras falsas, enganadoras, injustas, exorbitantes a se utilizar do poder. E eis porque Foucault não interpretou os discursos, aquelas vidas:

De maneira que é sem dúvida para sempre impossível revê-las em si mesmas, tal como seriam “em estado livre”: já não se pode recuperá-las a não ser fixadas nas documentações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperiosas que supõem jogos de poder e as relações com ele (Idem. p. 98).

Foucault inicia um monólogo sobre seu ponto de vista frente aos discursos e suas táticas, posto que se recusa a interpretá-los.

Dir-me-ão: ora aí está o senhor, sempre com a mesma incapacidade de transpor os limites, de passar para o outro lado, escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de fora ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou faz dizer; estas vidas, por que não ir escutá-las onde falam por si próprias? (Idem. p. 98).

E, Foucault, dentro de sua perspectiva sobre o poder, responde: “O que seria dessas vidas se não tivessem cruzado o poder e provocado suas forças? Afinal, não será um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de o destino tomar aqui a forma da relação com o poder, da luta com ou contra ele?” (Idem. p. 99). Foucault mostrou-nos com sua teoria do poder, que o poder não é centralizado, que o poder não só age de cima, mas que o poder, vem também, de baixo; que o poder não apenas proíbe, censura, mas que o poder, também induz ao prazer, permeia. O exemplo de tudo isto, vem das *lettres de cachet*, que significava a resposta a um poder (pedido) vindo de baixo. Foucault negou-se a interpretar os discursos, preferindo vislumbrá-los em suas relações com o poder (táticas, mentiras infâmias), tendo em vista ser melhor deixá-los na forma mesma que mais tinham dado a sentir.

Esta é a grande originalidade de Foucault. A despreocupação de se obter uma verdade, ou um método confiável que leve o historiador às mais remotas das respostas sobre um dado objeto. Foucault preferiu vislumbrar a vida, se fazendo diante de seus olhos por intermédio dos discursos e regimes de verdade. Foucault não tinha um método, uma posição em história, mas várias posições. Talvez seja isso que cause tanta irritação nos historiadores realistas. Talvez seja por isso que Foucault se transformou num “marginal” para alguns historiadores, que o viam como um bárbaro, um “Átila”, a rir do terreno da disciplina história devastado pela poeira dos fatos. Foucault não via o fato como algo natural, dado; mas, como algo construído; nada no homem é suficientemente estável para servir de base para o reconhecimento de si mesmo ou da compreensão dos outros homens. A própria noção de homem é uma invenção recente da cultura europeia a partir do século XVI. O estado, o corpo, a sociedade, o sexo, a alma, a economia não são objetos estáveis, são discursos (OBRIEN. 2001, p.47).

As divergências teóricas entre Ginzburg e Foucault atravessaram todo o globo, chegou ao Brasil e fez-se muitos adeptos das “caixas de ferramentas”, dos “arsenais teóricos” daqueles dois intelectuais. Atualmente, os cursos de graduação e pós-graduação em história trabalham a biografia numa perspectiva em que se dão espaços para aos mais variados tipos de documentos e sujeitos históricos. A biografia voltou, porém, renovada! A grande problemática é levar ao público dos ensinos fundamental e médio as novidades difundidas pelas universidades brasileiras.

Falar que a história da escrita da biografia mudou pode ser fácil, afinal, isto já não é novidade nos cursos de história. O nosso desafio é levar tais novidades para as escolas da educação básica, públicas e privadas. Desafiar nossos estudantes de graduação ou os que se encontram nos estágios supervisionados pode ser um bom começo. Afinal, se os jovens adolescentes lêem “O senhor dos Anéis”, “Harry Potter”, ou “Crepúsculo”, porque eles não achariam interessantes as leituras de “O queijo e os vermes”, “O retorno de Martin Guère” ou “O príncipe maldito”, de Mary Del Priori? Portanto, as novas abordagens no ensino de história vão depender do fôlego intelectual de cada docente. Muitos preferem apenas transmitir os conteúdos dos livros didáticos de história. Porém, é preciso ir além! Durante “muito tempo, a disciplina história foi o espelho das trajetórias, biografias dos Chamados grandes homens”. Como escreveu o professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR. 2007), baixemos a bola! A história não pode apenas narrar o percurso dos grandes craques, dos camisas dez, dos centroavantes. Baixemos a bola, pois, no jogo da vida, também há a participação do quarto-zagueiro, do goleiro, do volante; há também a trajetória de um Grêmio rebaixado para a Segunda Divisão do futebol brasileiro que conseguiu se erguer (contra o Náutico) e subir na “Batalha dos Aflitos”. Baixemos a Bola.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: História: a arte de inventar o passado. Bauru-SP: EDUSC, 2007.
- AQUINO, Rubem Santos Leão de. *História das sociedades*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. Ensinar e aprender história. Belo Horizonte: RHJ, 2009.
- BRECHT, Bertolt. Poemas. 1913-1956. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. O Retorno de Martin Guerre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- O'BRIEN, Patrícia. A História da Cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- FOUCAULT, Michel. O que é um Autor. Lisboa: Presença, 1994.
- _____. FOUCAULT, Michel..La vie des hommes infâmes. In: Lês cahiers du chemin. N° 29. 15 janvier, 1977.
- _____. FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense. 1987.
- _____. Eu Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

-
- _____. Vigiar e Punir. Petrópoles: Vozes, 2000.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os Vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jathahy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos Temas nas Aulas de História. São Paulo: Contexto, 2009.
- REIS, José Carlos. A História entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SCHIMIDT, Mário. Nova História Crítica do Brasil. São Paulo: Nova Geração, 1999.
-